



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
**Licenciatura em Serviço Social**

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO ADOPTADAS PELOS ASSISTENTES SOCIAIS NO  
PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS  
INSTITUCIONALIZADAS: ESTUDO DE CASO - INFANTÁRIO ESPERANÇA DE  
KATEMBE (2021-2022)

**Autora: Sheiza Orquídea Jorge Maveja**

**Supervisora: Msc. Catarina Cuambe**

Maputo, Dezembro de 2022

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO ADOPTADAS PELOS ASSISTENTES SOCIAIS NO  
PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS:  
ESTUDO DE CASO - INFANTÁRIO ESPERANÇA DE KATEMBE (2021-2022)

**Sheiza Orquidea Jorge Maveja**

Monografia apresentada ao departamento de sociologia da faculdade de letras e ciências sociais (FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Serviço Social.

Maputo, Dezembro de 2022

# FOLHA DE APROVAÇÃO

## Mesa de Júri

Presidente

---

(Doutor Chico Francisco Faria)

Oponente

---

(Mestre Emídio de Brito Moiana)

Tutor

---

(Mestre Catarina Cuambe)

## DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Sheiza Orquídea Jorge Maveja**, declaro por minha honra que o trabalho do fim do curso que se segue é de minha autoria e nunca foi apresentado, parcial ou integralmente, para obtenção de qualquer grau académico e constitui o resultado da minha investigação pessoal, sob orientação da minha tutora, estando indicado no mesmo toda bibliografia utilizada para sua elaboração.

Maputo, Dezembro de 2022

---

(Sheiza Orquídea Jorge Maveja)

## DEDICATÓRIA

*Aos meus pais, pelo apoio e por tudo  
que representam para mim.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço imensamente à Deus pela vida, protecção, e por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho. Sem ele nada disso seria possível.

O meu maior e grande agradecimento vai aos meus pais Jorge Maveja e Joana Orquídea, pela vida, pelos ensinamentos, pelo amor e por sempre estarem presentes na minha vida, incentivando-me a investir nos meus estudos. Ao meu irmão Denílson Maveja por existir na minha vida, e por estar sempre ao meu lado, apoiando-me com palavras e gestos carinhosos.

À minha supervisora e docente tão querida Msc. Catarina Cuambe vai o meu muito obrigado pela dedicação, por partilhar seu conhecimento, pela paciência, disponibilidade e orientação para a concretização desse trabalho. Foi uma grande satisfação ter a oportunidade de tê-la como orientadora, obrigada por aceitar fazer parte desse momento importante.

Um agradecimento muito especial, também, vai ao meu noivo Celso Matavel, por ser mais do que meu par, é o meu melhor amigo, incentivador e, é a pessoa que sempre me apoiou e acreditou em mim nesse percurso. À minha amiga Eunice Chivale pela parceria, paciência e pelos momentos bons e maus que sempre partilhamos juntas. À minha prima Shelsea Massango pelo incentivo e por estar sempre disposta a ajudar. À minha amiga Edna que me incentivou a cursar Serviço Social e pelo apoio que tem me dado.

De forma geral, agradeço aos meus colegas do curso de Licenciatura em Serviço Social 2017, em especial ao Elísio Dista, Leta Banze, Ângela Mahumane, Isac Paço, Victor Boene, Jenn Fumo, Crescência Massango, Elsa Matola, Nilza Zavale e Argência Jalane por partilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado e por todo o companheirismo ao longo deste percurso.

À Directora dos Serviços Distritais de Género Criança e Acção Social (SDGCAS) e aos profissionais do Infantário Esperança da Katembe que participaram da pesquisa e em muito contribuíram para o alcance do objectivo da presente monografia. Às crianças institucionalizadas e às famílias das crianças reintegradas que me acolheram com carinho e partilharam comigo as suas histórias de vida, o meu obrigado.

Agradecimentos extensivos aos meus familiares e amigos que sempre com uma palavra de incentivo deram-me forças e torceram por mim. À todos aqueles que não foram directamente mencionados, mas que contribuíram para a realização deste trabalho, meu sincero obrigado.

## **EPIGRAFE**

O acolhimento institucional é uma medida protectora e provisória que se aplica quando os direitos das crianças e dos adolescentes foram violados. Então, o Assistente Social trabalha nesse âmbito visando a reintegração familiar, tendo em vista que é direito da criança a convivência familiar e comunitária (Ribeiro, 2016).

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

DMAS	Direcção da Mulher e Acção Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
NEE	Necessidades Educativas Especiais
OMS	Organização Mundial da Saúde
SDGCAS	Serviços Distritais de Género Criança e Acção Social
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância



## RESUMO

O presente trabalho procura analisar as Estratégias de intervenção adoptadas pelos Assistentes Sociais no processo de reintegração familiar de crianças institucionalizadas: estudo de caso do Infantário Esperança de Katembe (2021-2022). A pesquisa é de natureza qualitativa, realizada no Distrito de Katembe, concretamente no bairro Inguide, onde se aplicou a entrevista e a observação como técnicas para apreender o problema. Para análise dos dados, recorreu-se à teoria sistémica que encara os fenómenos num paradigma totalizador e de causalidade circular, onde as expressões da questão social só ganham significado a partir das interações entre os indivíduos num dado contexto social. Da pesquisa constatou-se que os Assistentes Sociais realizam um trabalho articulado com o intuito de viabilizar a reintegração familiar e fortalecer os vínculos entre a criança e a família. Porém, essas acções realizadas não são consistentes pois pecam por haver uma certa insuficiência no preparo da criança e da família para reintegração familiar e no acompanhamento após a reintegração familiar. Por isso, há necessidade dos Assistentes Sociais trabalharem no sentido de realizar um preparo prévio das crianças institucionalizadas e das suas famílias assim como envidar esforços para que haja um acompanhamento após a reintegração como forma de monitorar e dar suporte à família para o cumprimento de suas funções de cuidado e protecção à criança.

**Palavras-chave:** Assistente Social, Crianças, Intervenção, Reintegração.

## ABSTRACT

The present work seeks to analyze Intervention strategies adopted by Social Workers in the process of family reintegration of institutionalized children: a case study of the Infantário Esperança de Katembe (2021-2022). The research is qualitative in nature, carried out in the District of Katembe, specifically in the Ingude neighborhood, where interviews and observation were applied as techniques to apprehend the problem. For data analysis, a systemic theory was used, which views phenomena in a totalizing paradigm of circular causality, where the expressions of the social question only gain meaning from the interactions between individuals in a given social context. From the research it was found that the Social Workers carry out an articulated work in order to make family reintegration viable and strengthen the bonds between the child and the family. However, these are not consistent because they sin because there is a certain insufficiency in the preparation of the child and the family for family reintegration and in the follow-up after family reintegration. Therefore, there is a need for Social Workers to work towards carrying out a prior preparation of institutionalized children and their families, as well as making efforts to ensure that there is a follow-up after reintegration as a way of monitoring and supporting the family to fulfill its care functions and child protection.

**Keywords:** Social Worker, Children, Intervention, Reintegration.

## ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS .....	iii
EPÍGRAFE .....	iv
LISTA DE ABREVIATURAS .....	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL .....	15
<b>1.1 Enquadramento Teórico.....</b>	15
<b>1.2 Enquadramento Conceptual .....</b>	16
CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO .....	20
<b>2.1 Actividades socioeducativas e de consciencialização as famílias sobre a importância da família na educação da criança.....</b>	21
<b>2.2 Reintegração familiar de crianças acolhidas no Infantário Esperança.....</b>	21
<b>2.3 Debate com os Assistentes Sociais do Infantário Esperança sobre a importância do acompanhamento após a Reintegração .....</b>	21
CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE PESQUISA .....	23
<b>3.1 Natureza da Pesquisa .....</b>	23
<b>3.2 Tipo de Pesquisa .....</b>	23
<b>3.3 Método de Pesquisa .....</b>	24
<b>3.4 População e amostra .....</b>	24
<b>3.5 Instrumentos de recolha de dados .....</b>	24
<b>3.6 Análise e tratamento de dados .....</b>	25
<b>3.7 Validade e Fiabilidade dos resultados .....</b>	25
<b>3.8 Aspectos éticos da pesquisa .....</b>	26
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO.....	27

<b>4.1 Descrição do local do estudo: Infantário Esperança de Katembe.....</b>	<b>27</b>
<b>4.2 Perfil Sociodemográfico .....</b>	<b>28</b>
<b>4.3 Razões da institucionalização das crianças no Infantário Esperança .....</b>	<b>28</b>
<b>4.4 Estratégias de intervenção que os assistentes sociais adoptam no processo de reintegração familiar de criança.....</b>	<b>32</b>
<b>4.5 Relação entre a criança reintegrada e a família .....</b>	<b>37</b>
<b>4.6 Avaliação das acções desenvolvidas pelos assistentes sociais no sentido de reconstruir e fortalecer os laços entre a família e a criança reintegrada .....</b>	<b>38</b>
<b>4.7 Processo de Implementação do Plano de Intervenção .....</b>	<b>40</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>48</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>55</b>

## INTRODUÇÃO

Enquanto produto do sistema social, à família é atribuída o papel fundamental de protecção e cuidado de seus membros, porém, muitas delas encontram-se em situações de vulnerabilidade, materializada no desemprego, na pobreza, na violência, entre outros. São essas situações que motivam a institucionalização de crianças, uma medida de protecção que consiste em um procedimento temporário, utilizado como forma de transição para uma possível reintegração familiar ou, então, para a colocação de crianças e adolescentes em famílias substitutas, onde possam viver em um ambiente que proporcione um desenvolvimento seguro e saudável.

Sendo o processo de acolhimento temporário, é importante que se considere as medidas de reintegração, que têm como preocupação primordial o fortalecimento do vínculo afectivo entre o acolhido e sua família, para que essa ligação construa-se e/ou mantenha-se com intimidade e afeição.

Desse modo, torna-se necessário que os profissionais que trabalham em instituições de acolhimento levem em conta a capacidade e afectividade da rede social da qual a família pode obter e dar suporte ao filho que está retornando para o lar. Além disso, é preciso considerar as questões políticas, económicas, sociais e culturais que norteiam as famílias e influenciam o processo de reinserção na família de origem e na comunidade.

A Declaração dos direitos da Criança reconhece o direito da criança crescer rodeada de amor, compreensão, em ambiente de segurança e paz, a viver numa família. E, quando não tiver, atribuí o direito de passar para uma família que a ame como filho tendo em conta que o seu desenvolvimento integral e harmonioso impõe que ela cresça em ambiente familiar e são (Declaração dos direitos da Criança, 1959).

Nessa empreitada, cabe aos Serviços de Acção Social reforçar e valorizar o papel da família na protecção e desenvolvimento da criança através da concentração e direcção de assistência social à família.

Desse modo, o presente trabalho tem como tema: *Estratégias de intervenção adoptadas pelos Assistentes Sociais no processo de reintegração familiar de crianças institucionalizadas: Estudo de caso do Infantário Esperança de Katembe (2021-2022).*

- **Problema de Pesquisa**

O acolhimento institucional é uma medida de protecção que consiste na inclusão de crianças/adolescentes em instituições (abrigos ou casas-lares) que devem oferecer-lhes um ambiente acolhedor e condições institucionais para que o atendimento garanta a sua protecção integral. Este acolhimento possui um carácter excepcional e provisório, até que seja viabilizada uma solução de carácter permanente que privilegie a legitimação do princípio da “não institucionalização” (Rizzini, 2006).

No contexto Moçambicano, com muita frequência, crianças e adolescentes são encaminhados aos centros de acolhimento devido à situação de risco e vulnerabilidade social em que se encontram, e há um entendimento geral de que a permanência em uma instituição de abrigo pode assegurar-lhes protecção, segurança e bem-estar, sendo, desse modo, vista como uma medida de política social que oferece muitas vantagens ao grupo familiar que se encontra em condições adversas (Unicef, 2014).

Contudo, nos últimos anos, cresce a consciência de que a cultura da institucionalização de crianças deve ser redimensionada. Em parte, porque a permanência prolongada em abrigos começa a ser reconhecida como uma medida de protecção sociojurídica que, na prática, impõe uma modalidade de atendimento à criança e ao adolescente que, paradoxalmente, pode oferecer graves riscos à sua integridade física, psicológica ou moral (Bronfenbrenner, 1996).

Além disso, dependendo das condições do contexto, a institucionalização de crianças nos primeiros anos de vida, pode acarretar prejuízos da função e do desenvolvimento psicológico, considerando ainda, que as primeiras experiências de vínculo afectivo são decisivas no decorrer do desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996).

No entanto, nos casos em que a criança distancia-se do seu ambiente familiar por razões diversas, a mobilização de esforço para a reinserção familiar é considerada a melhor saída. Na concepção de Silva (2012, p. 52), “é no processo de reinserção familiar que a criança tem a oportunidade de reconstruir os vínculos familiares e comunitários, passando a ter os cuidados e protecção investidos pela família”.

Desse modo, percebe-se que o acolhimento institucional apresenta-se como uma medida provisória que deve priorizar o restabelecimento do convívio familiar com os sujeitos afastados do seu lócus, pois essa convivência deve ser mantida e não quebrada. Porém, a reintegração social de crianças ainda se configura como um processo de práticas sem sistematização, sobre o qual há poucas pesquisas no contexto moçambicano e, por conta disso, os profissionais das instituições de

acolhimento vêm encontrando sérias dificuldades para promover a reintegração familiar das crianças e adolescentes, o que acaba contribuindo para um prolongado tempo de institucionalização.

Para o estudo do problema em análise, formulou-se a seguinte pergunta de partida: De que forma *as Estratégias de intervenção adoptadas pelos assistentes sociais influem no processo de reintegração familiar de crianças institucionalizadas no Infantário Esperança de Katembe?*

- Hipóteses:

H1: Os Assistentes Sociais realizam um trabalho articulado com o intuito de viabilizar a reintegração familiar e fortalecer os vínculos entre a criança e a família.

H2: As estratégias de intervenção aplicadas pelos Assistentes Sociais, no processo de reintegração familiar de crianças e adolescentes, são gradativas, planeadas e acompanhadas pela equipe do serviço de acolhimento familiar e/ou institucional.

- Justificativa

A motivação da escolha do tema deve-se ao facto de existirem poucas pesquisas que arrolam sobre a reintegração social de crianças e devido a experiência de estágio, no qual se trabalhou directamente com crianças que se encontram em centros de acolhimento e essa situação, despertou o interesse em desenvolver uma pesquisa relacionada às estratégias de intervenção adoptadas pelos assistentes sociais no processo de reintegração de criança, concretamente no Infantário Esperança de Katembe

A pesquisa é importante porque apresenta as estratégias e procedimentos adoptados no processo de reintegração familiar, onde se destacam as medidas sociais aplicadas pelas instituições de acolhimento e pela equipe técnica para preservar e fortalecer os vínculos familiares, promovendo um retorno gradativo e seguro das crianças e adolescentes ao convívio com os pais e demais familiares.

A relevância desta pesquisa está ligada à contribuição que pode, directamente, dar na qualidade da assistência às crianças institucionalizadas, visto que, o papel dos assistentes sociais no âmbito da reintegração é o de trabalhar com as famílias no sentido de fortalecer seus vínculos, na perspectiva de torná-las sujeitos do processo de promoção e protecção dos seus membros.

Em termos científicos, acredita-se que a pesquisa trará contributo no que diz respeito ao processo de reintegração familiar de crianças institucionalizadas, porque ao longo dos estágios realizados em centros de acolhimento de crianças, percebeu-se que há pouca exploração em termos empíricos da questão de reintegração familiar. E, pela natureza do problema, percebe-se que há necessidade de uma melhor compreensão das estratégias adoptadas nesse processo.

No que se refere ao contributo social, acredita-se que o estudo é útil na medida em que dá a conhecer as acções desenvolvidas com as crianças e os adolescentes no sentido de preservar, reconstruir e fortalecer os laços e vínculos com a família e com a comunidade.

- Objectivos

O presente trabalho tem como objectivo geral: Analisar a influência das estratégias de intervenção adoptadas pelos assistentes sociais no processo de reintegração familiar de crianças institucionalizadas.

De modo específico pretendia-se:

- i. Descrever as razões da institucionalização das crianças no Infantário Esperança de Katembe.
- ii. Identificar as estratégias que os Assistentes Sociais adoptam no processo de reintegração familiar de criança.
- iii. Aferir as acções desenvolvidas pelos Assistentes Sociais na reconstrução e fortalecimento dos laços e vínculos entre a família e a criança reintegrada.

- Estrutura do trabalho

A presente pesquisa obedece a seguinte estrutura: primeiro a introdução que contempla o tema, a formulação do problema, a pergunta de partida, as hipóteses, os objectivos da pesquisa, a justificativa e a apresentação da estrutura do trabalho. Posteriormente, segue o primeiro capítulo, onde encontra-se o enquadramento teórico e conceptual que consiste na apresentação e discussão da teoria que norteia a pesquisa e na definição e operacionalização dos conceitos chave.



O segundo capítulo apresenta o plano de intervenção social, destacando as actividades levadas a cabo no Infantário Esperança, com o objectivo de intervir no problema social identificado. No terceiro capítulo, faz referência a metodologia, ilustrando os procedimentos técnicos seguidos para o desenvolvimento da pesquisa.

No quarto e último capítulo faz-se a apresentação, análise, interpretação e discussão dos resultados do trabalho de campo, seguido de conclusão do trabalho, a bibliografia consultada para a sua realização e, por fim, os apêndices.

## CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Neste capítulo faz-se a discussão da teoria que orientou e/ou sustentou a pesquisa, inclusive a definição e operacionalização dos conceitos-chave. Nesta senda, foi apresentada a teoria do presente estudo, no que concerne à discussão dos conceitos, foram definidos e operacionalizados cinco conceitos-chave, de modo a sustentar a pesquisa.

### **1.1 Enquadramento Teórico**

O presente trabalho baseou-se na teoria sistémica concebida por Ludwing Von Bertalanffy que encara os fenómenos num paradigma totalizador e de causalidade circular, onde as expressões da questão social só ganham significado a partir das interações entre os indivíduos num dado contexto social. O grande postulado desta teoria consiste na afirmação da importância de todos os factores sociais, materiais, culturais ou relacionais, na análise dos problemas e posterior intervenção (Núncio, 2015).

Segundo Núncio (2015), no modelo sistémico só existe um verdadeiro processo de ajuda, quando o problema deixa de ser percebido e afrontado, como fruto de um conflito do indivíduo (conflito interno ou com o meio) e passa a ser entendido como o conflito de uma relação. Se todos indivíduos estão envolvidos num sistema de relações de interdependência, a mudança num dos elementos do sistema repercute, necessariamente, em mudanças, quer nos outros elementos, quer no sistema como um todo.

Nesse contexto ocorre a modificação na forma de pensar o mundo, ou seja, alargando a visão do todo, no entanto, a sociedade precisava entender as conexões existentes entre os elementos e os factores, ocorrendo uma integração entre as partes (Fernandes e Salamoni, 2012).

Sob este ponto de vista é justamente para o todo que deve ser dirigida a intervenção, orientando-se para as interações e deficiências de comunicação geradoras do problema e para o conseguir, é condição essencial compreender a totalidade do sistema.

No entanto, as famílias de crianças e adolescentes que estão em situação de acolhimento institucional no Infantário Esperança não podem ser vistas isoladamente, mas sim a partir da sua relação com a criança e com o centro de acolhimento, pois, vários são os factores que ocorrem no contexto social e que as levam a institucionalização da criança.

Nesta senda de ideia, o modelo teórico em debate foi usado na pesquisa, para analisar ou diagnosticar os problemas existentes entre os elementos dos sistemas e posteriormente propor-se uma intervenção profissional que visa superar o problema.

## **1.2 Enquadramento Conceptual**

Esta secção apresenta a definição e discussão de conceitos-chave da presente pesquisa, nomeadamente: Crianças Institucionalizadas, Reintegração Familiar, Estratégia, Assistente Social e Intervenção.

### *1.2.1 Assistente Social*

O Assistente Social tem sido, historicamente, um dos agentes profissionais que implementa políticas sociais, especialmente políticas públicas. Ou seja, um executor terminal das políticas sociais, que actua na relação directa com a população usuária. Mas hoje, o próprio mercado demanda, além de um trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais (Iamamoto, 2007).

Segundo Piana (2009, p. 86), “o Assistente Social é um profissional que tem como objecto de trabalho a questão social com suas diversas expressões, formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento, por meio das políticas sociais”.

A actuação do assistente social realiza-se em organizações públicas e privadas e em diferentes áreas e temáticas, como: protecção social, educação, programas socioeducativos e de comunidade, habitação, gestão de pessoas, segurança pública, justiça e direitos humanos, gerenciamento participativo, direitos sociais, comunicação, responsabilidade social, assessoria e consultoria, que variam de acordo com o lugar que o profissional ocupa no mercado de trabalho, exigindo deste um conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo (Piana 2009).

Na mesma linha do anteriormente exposto, César (2010) defende que o assistente social é requisitado para actuar na parte de assessoriamente aos gestores das organizações, com a intenção de obter uma melhor administração das pessoas, gerando confiabilidade, aprendizado, crescimento e satisfação dos trabalhadores.

Esse profissional é demandado para actuar na área de gestão de pessoas, com o interesse de dar respostas às necessidades humanas dos trabalhadores, contribuindo com a formação de um comportamento produtivo de acordo com as exigências da organização, sendo um fomentador da adesão do trabalho às novas formas de produção (César, 2010).

Os autores em análise são de comum acordo que o Assistente Social é um profissional que realiza a sua acção profissional mediante as políticas sociais, tendo em vista, o enfrentamento das expressões da questão social. O conceito do César (2010) é muito limitado, porque olha para o Assistente Social apenas como um profissional que actua nas relações de produção, ou seja, apenas no âmbito laboral.

O conceito de Piana (2009) conformou-se à linha desta pesquisa, por ser mais amplo e, destaca as exigências do perfil do Assistente Social que é o conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para melhor adaptar-se e intervir, respeitando as particularidades de cada caso social.

### *1.2.2 Criança*

Criança é todo o ser humano com menos de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo. É um período da infância ao qual se confere atenção especial em termos de direitos humanos, e é caracterizado como um período de desenvolvimento de capacidades (Convenção dos Direitos da Criança, 1986).

#### *1.2.2.1 Crianças institucionalizadas*

A quebra dos laços de sangue ou a perda de oportunidade de protecção familiar leva a criança a passar por diferentes experiências, incluindo a da institucionalização. Langa (1993) define a criança institucionalizada como sendo aquela desprovida de meio familiar, que atingem o desenvolvimento pleno e harmonioso da sua personalidade num ambiente de amor e compreensão, através da sua integração numa nova família que são os centros de acolhimento e a família adoptiva.

Na óptica de Sandomingo (1998) a criança institucionalizada é definida como crianças e jovens que, por circunstâncias familiares distintas, necessitam de ser separadas, temporariamente, do seu núcleo familiar, e para os quais o internamento é a opção preferencial face à impossibilidade de lhes oferecer outro tipo de recursos.

Também, pode-se compreender que a criança institucionalizada aquela que é encaminhada aos centros de acolhimento, por ter sofrido graves situações de negligência, maus tratos, abandono, violência, abuso perpetrado por seus familiares ou responsáveis (Santos et al., 2010). Nesses casos, ela é encaminhadas para entidades de acolhimento institucional, onde há uma equipe capacitada que passa a ser responsável pela integridade física, psíquica e social da mesma.

Com os conceitos apresentados sobre criança institucionalizada foi possível constatar que ela é criança vivendo em centros de acolhimento e que vivenciou sentimentos de abandono e rejeição e que fazem da instituição o seu novo lar e família.

A criança mesmo estando em instituições que dão suporte ideal para o seu desenvolvimento saudável, os esforços devem sempre estar voltados para a manutenção do convívio familiar, preservação e fortalecimento dos vínculos e laços familiares, pois esses vínculos são fundamentais para oferecer-lhe condições para um desenvolvimento saudável, tanto física quanto emocional e psicológico.

Para o fenómeno em análise, o conceito que mais se ajustou à presente pesquisa é do Langa (1993) que compreende as crianças institucionalizadas como sendo, uma população com enormes carências emocionais básicas, com grande necessidade de atenção, conforto familiar, estimulação e afecto. E a integração numa instituição é o meio pelo qual elas encontram protecção do mal que passaram, Porém, essa medida deve ser temporária e inabitual, utilizado como forma de transição para uma possível reintegração familiar, ou, então, para a colocação de crianças em uma família substituta.

### *1.2.3 Estratégia*

Segundo Stoner e Freemann (1999, p. 141), a estratégia é um “programa amplo para se definir e alcançar as metas de uma organização, ou seja, a resposta da organização ao seu ambiente através do tempo”.

Na óptica de Oliveira (2004, p. 194), a estratégia é “um caminho, maneira, ou acção formulada e adequada para alcançar, preferencialmente, de modo diferenciado, os desafios e objectivos estabelecidos, no melhor posicionamento da empresa ou organização perante seu ambiente”.

A estratégia diz respeito a uma situação em que a organização emprega seus pontos fortes e seus pontos fracos, tantos os existentes, como os potenciais, a fim de alcançar seus objectivos, sem deixar de considerar as oportunidades e as ameaças que o meio ambiente lhe impõe como sublinha Pereira (2010).

Os autores acima concordam que a estratégia refere-se a um conjunto de procedimentos que tem em vista ao alcance dos objectivos da organização ou empresa. Na presente pesquisa, usou-se o conceito da Oliveira (2004), por definir a estratégia como um caminho que as organizações percorrem para superar desafios e alcançar objectivos previamente definidos.

#### *1.2.4 Intervenção*

A intervenção é uma acção sistemática onde se desenvolve um conjunto de acções destinadas à satisfação das necessidades e ao aproveitamento das potencialidades existentes na dimensão individual ou colectiva específica (Núncio).

A acção pode ser realizada nos campos da educação, assistência social, saúde e diversas áreas que têm como principal característica o envolvimento dos sujeitos nos processos de intervenção. Esse processo é realizado pelos assistentes sociais e outros profissionais que possam estar envolvidos, a depender do quadro de cada caso.

Na perspectiva de Rivero (2013), a intervenção pode ser entendida como uma influência exercida em determinado contexto a fim de alterá-lo, criando um contexto novo ou subtraindo-se dele um resultado diferente do que aquele que se produzia antes da intervenção. O seu pressuposto base é o de considerar os profissionais e os indivíduos/famílias como intervenientes no processo.

Para Carmo (2010), dependendo do contexto no qual é empregue, a palavra intervenção apresenta diversos significados e seu uso mais comum e amplo envolve a acção e o efeito de intervir em algo, uma situação, entre outros. O autor refere que, quem faz uma intervenção age de modo a modificar, alterar, reordenar alguma coisa. Portanto, uma intervenção é uma acção que não passa despercebida, ela sempre traz algum tipo de mudança significativa.

Os autores em análise entram em consenso ao referir a intervenção como um conjunto de acções que tem em vista transformar uma dada realidade social tida como negativa, ou seja, para modificar alguma coisa para um estado melhor. O conceito de Núncio (2008) serviu de base para a presente pesquisa, pois olha para a intervenção numa perspectiva do Serviço Social, ou seja, como acções realizadas pelos Assistentes Sociais destinadas à satisfação das necessidades individuais ou colectivas, em diversas áreas: saúde, assistência social, educação etc.

#### *1.2.5 Reintegração*

A expressão reintegração remete a um processo de volta para um contexto implicando assumpção dos seus padrões de convivência. Na Perspectiva de Oliveira (2007) citado por Silva (2012), o termo reintegração indica um trabalho de integrar de novo, ou seja, juntar o que foi separado.

##### *1.2.5.1 Reintegração Familiar*

Reintegração familiar é o termo utilizado no âmbito jurídico para referir-se ao processo de crianças/adolescentes que retornaram às suas famílias de origem (natural ou extensa) após terem

passado por acolhimento institucional ou familiar. E, preconiza-se que é obrigação de toda instituição de abrigo promover o restabelecimento e a preservação dos vínculos familiares, pois trata-se de um direito fundamental de todas as crianças e adolescentes (ECA, 1990).

Oliveira (2007) citado por Silva (2012) refere que, no caso das crianças e adolescentes acolhidos em centros de acolhimento, a reintegração familiar significa retornar à família de origem (pais, irmãos, avós, tios, primos) ou a outras pessoas próximas a eles, que tenham vínculos de afinidade com ela e que reúnam condições e motivações para assumi-los.

Segundo Silva (2012, p.51), “a reintegração familiar é o retorno de crianças e adolescentes às suas famílias de origem após um período de separação” é uma possibilidade de reconstruir a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, permitindo que os mesmos voltem a ser investidos por suas famílias.

O conceito de Oliveira (2007) converge com o de Silva (2012) ao defender a reintegração como o retorno da criança à sua família de origem. O conceito apresentado pelo ECA(1990) é um pouco limitado, pois olha a reintegração familiar apenas no âmbito jurídico. O presente trabalho baseou-se no conceito de Oliveira (2007), por considerar a reintegração familiar como um processo que consiste em integrar de novo a criança na sua família ou em contexto que as pessoas tenham vínculo com a mesma e que reúnam condições e motivações para assunção da mesma.

## CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

Neste capítulo apresenta-se o plano de intervenção que elucida as estratégias implementadas com vista a resolução dos problemas identificados, inclusive, a periodicidade, o grupo alvo e os respectivos intervenientes.

A primeira actividade é a acção socioeducativa e de consciencialização as famílias sobre a sua importância na educação da criança, seguido da, reintegração familiar de crianças acolhidas no

Infantário Esperança e, por último, o debate com os Assistentes Sociais do Infantário Esperança sobre a importância do acompanhamento após a reintegração.

### **2.1 Actividades socioeducativas e de consciencialização as famílias sobre a importância da família na educação da criança**

Durante o processo de colecta e análise de dados, percebeu-se que as relações de algumas famílias com as suas crianças estavam deterioradas, razão pela qual houve a necessidade de planear a presente actividade, no sentido de garantir a reunificação familiar, ou seja, boas relações entre a criança e a sua família.

A actividade contará com a presença das famílias das crianças, dos Assistentes Sociais e da pesquisadora e, será orientada pelos Assistentes Sociais com a participação da pesquisadora. Importa salientar que a actividade foi realizada nas residências das famílias das crianças reintegradas.

### **2.2 Reintegração familiar de crianças acolhidas no Infantário Esperança**

A reintegração é um processo que consiste em inserir de volta à sua família de origem ou substituta, uma criança que tenha-se desvinculado da mesma por alguma razão. Está actividade tem como objectivo, captar as estratégias usadas pelos Assistentes Sociais no processo de reintegração social. Ademais, a mesma visa inserir a criança no seio familiar, lugar onde possa crescer em segurança. A actividade terá como intervenientes: a família das crianças, os Assistentes Sociais e a pesquisadora.

### **2.3 Debate com os Assistentes Sociais do Infantário Esperança sobre a importância do acompanhamento após a Reintegração**

No âmbito da pesquisa, por meio dos dados, percebeu-se que os Assistentes Sociais não têm domínio total do processo de intervenção social, ou seja, a sua intervenção é limitada. Por isso, organizou esta actividade que visa consciencializar os mesmos sobre as fases de Intervenção social, principalmente a de acompanhamento e avaliação dos resultados das actividades implementadas. A actividade será realizada pelo pesquisador e, contará com a participação dos Assistentes Sociais do Infantário Esperança.





## CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente capítulo mostra os procedimentos que foram usados para a realização da pesquisa, partindo da natureza da pesquisa, tipo de pesquisa, método de pesquisa, população e amostra instrumentos de recolha de dados, análise e tratamento de dados, validade e fiabilidade dos resultados e os aspectos éticos da pesquisa.

### **3.1 Natureza da Pesquisa**

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, pois, valoriza a maneira própria do entendimento da realidade, buscando desta feita, entender as significações ao invés de medir a informação e examina o mundo como é experiênciado, procurando compreender o comportamento dos indivíduos a partir do que cada um ou grupo de pessoas pensam sobre a realidade, valorizando a indução (Mianoyo, 2001).

Assim, esta pesquisa permitiu uma análise mais profunda sobre as acções desenvolvidas pelos Assistentes Sociais no processo de reintegração social de crianças institucionalizadas no Infantário Esperança de Katembe, buscando aprofundar a complexidade de factos e processos específicos para a efectivação do direito à convivência familiar.

### **3.2 Tipo de Pesquisa**

Para a elaboração do projecto foi feita a revisão bibliográfica, que é a etapa inicial, com o objectivo de reunir as informações e dados que serviram de base para a construção da investigação científica em torno da temática, assim como, fazer a análise de documentos referentes a reintegração familiar.

Segundo Lakatos e Marconi (2001, p. 183), “a pesquisa bibliográfica abrange todo material já tornado público em relação ao tema em estudo e sua finalidade é colocar o pesquisador em contacto directo com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”.

Para a realização de levantamento de dados no campo o projecto baseou-se no pesquisa descritiva, pois trata-se de uma pesquisa que visa descrever as características de uma determinada população ou fenómeno de relações variáveis. “Este tipo de pesquisa envolve o uso de técnicas padronizadas de colecta de dados como questionário, observação e assume em geral, a forma de levantamento” (Silva e Menezes, 2000, p. 47).

### **3.3 Método de Pesquisa**

Esta pesquisa baseou-se no método da pesquisa-ação que é um método que propõe um processo colaborativo e colectivo que permite explorar a vida social, partindo do diagnóstico de problemas a serem resolvidos, com envolvimento entre grupo pesquisado e pesquisador, possibilitando a promoção de transformação social da realidade e desenvolvimento da emancipação dos agentes envolvidos (Thiollent, 1994).

Levou-se a cabo um conjunto de actividades que envolveu as crianças institucionalizadas, os Assistentes Sociais e as famílias de crianças reintegradas com objectivo de elaborar um diagnóstico e formular soluções para o problema apontado na pesquisa.

### **3.4 População e amostra**

População ou universo é o conjunto de elementos que possuem determinadas características. Usualmente, fala-se de população ao se referir a todos os habitantes de determinado lugar (Richardson, 1999). Assim, constituiu população ou universo deste trabalho 27 elementos. Dos quais, 22 crianças institucionalizadas, 2 Assistentes Sociais, 3 famílias de crianças reintegradas.

A amostra foi constituída por 15 elementos, dos quais 2 são Assistente Sociais, 10 crianças institucionalizadas e 3 famílias de crianças reintegradas. Devido à natureza do estudo, o tipo de amostragem foi não-probabilística por tipicidade ou intencional. Segundo Gil (2008, p.80) “este tipo consiste em seleccionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população”.

### **3.5 Instrumentos de recolha de dados**

Para a realização deste trabalho foram usadas as técnicas da observação directa e da entrevista semi-estruturada. Na observação directa o pesquisador coloca-se como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica e, fica em relação directa com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, mas com a finalidade de colher dados e compreender o seu contexto (Minayo, 2004).

Desse modo, com base na observação directa, foi possível observar de forma clara e objectiva as práticas de intervenção adoptadas pelos assistentes sociais para reintegrar as crianças institucionalizadas no Infantário Esperança em suas famílias.

A técnica da entrevista semi-estruturada combinou perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, obtendo, assim, um direccionamento maior para o tema, a fim de que os objectivos fossem alcançados (Miyano, 2004).

A aplicação da entrevista com perguntas abertas e fechadas permitiu que partindo de alguns pontos definidos como relevantes, para a compreensão das práticas adoptadas no processo de reintegração de criança, novas questões fossem formuladas com o objectivo de aprofundar aspectos não foram antes previstos como relevantes para o estudo ou não conhecidos, mas que se mostraram imprescindíveis.

### **3.6 Análise e tratamento de dados**

A análise de dados é a fase mais complexa da investigação, tratando-se da análise de discursos, neste caso optou-se pela técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2009), para a análise de conteúdo, há que considerar três momentos: 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, interpretação e conclusão.

A primeira fase, a pré-análise, trata de organizar o material de análise com o objectivo de sistematizar as ideias. Esta fase divide-se ainda em quatro etapas: leitura de todos os documentos para análise; triagem dos documentos mais relevantes; formulação de objectivos e hipóteses; e determinação de indicadores (Bardin, 2009).

Na segunda fase, a da exploração do material, define-se as categorias de análise, conferindo riqueza e pertinência à pesquisa. A terceira e última fase, é a do tratamento dos resultados, interpretação e conclusão; trata-se de destacar as informações e interpretações mais importantes, altura em que se reflecte criticamente sobre o fenómeno em causa.

As categorias funcionam como instrumentos que facilitam a construção do conhecimento. Deste modo, na presente investigação, a construção ocorreu após a recolha de informação junto dos participantes através da entrevista e notas feitas a partir da observação. Seguidamente, foram apresentadas as categorias que resultam da análise e interpretação do material empírico recolhido (Bardin, 2009).

### **3.7 Validade e Fiabilidade dos resultados**

A validade refere-se à capacidade de um instrumento em medir o que realmente se pretende medir. Dos diversos tipos de validade, nesta pesquisa predominaram a interna, externa, de conteúdo e de constructo (Richardson, 1999).

Para garantir a validade dos resultados foi feita a triangulação metodológica, que é o processo de confrontação de dados adquiridos a partir de fontes diferentes e neste caso, das observações e das entrevistas.

A fiabilidade está ligada a precisão e exactidão dos resultados. Muticumuió (2008) afirma que, para uma pesquisa ou investigação ser considerada fiável, deve demonstrar que, se fosse levada a cabo num grupo similar de respondentes, num contexto similar e bem definido, os seus resultados seriam similares.

No contexto desta pesquisa tomou-se em consideração a fiabilidade assim como a validade, de forma a medir a consistência ao longo do tempo e sobre amostras semelhantes, para a obtenção de dados partindo de respondentes semelhantes, ao longo do tempo.

### **3.8 Aspectos éticos da pesquisa**

No âmbito da pesquisa, tendo em conta a legitimação e oficialização do processo de recolha de dados, a permissão para estes efeitos foi solicitada antecipadamente ao Centro de acolhimento, mediante a apresentação de credencial emitida pela Universidade ao pedido da pesquisadora. Tendo sido concedida a permissão, os respondentes seleccionados foram informados sobre o conteúdo e propósito da pesquisa, bem como do carácter voluntário da sua participação na mesma.

Para garantir o anonimato e confidencialidade dos respondentes não foram incluídas quaisquer questões sobre a identificação pessoal. Os dados foram tratados e analisados com rigor, de forma agregada e com suporte real e veraz na colheita e, a análise foi cuidadosamente confrontada com o que outros autores tenham produzido.

## CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO

Neste capítulo apresenta-se a análise e a interpretação dos dados colectados no Infantário Esperança. Primeiro apresenta-se uma breve descrição do local do estudo, em seguida, o perfil sociodemográfico dos entrevistados e as razões da institucionalização de crianças na instituição em estudo, posteriormente, apresenta-se as estratégias de intervenção que os assistentes sociais adoptam no processo de reintegração familiar de crianças.

Mais adiante, faz-se a avaliação das acções desenvolvidas pelos assistentes sociais no sentido de reconstruir e fortalecer os laços e vínculos familiares e, por fim, apresenta-se os resultados das actividades patentes no plano de intervenção.

### **4.1 Descrição do local do estudo: Infantário Esperança de Katembe**

O Infantário Esperança é um centro de acolhimento que localiza-se no Distrito municipal de Katembe, concretamente no bairro Inguide. O lançamento da primeira pedra para construção do Centro “Infantário Esperança” teve lugar no ano de 2004, o mesmo funcionou inicialmente em regime privado com base em doações de organizações e instituições de solidariedade tendo como objectivo o desenvolvimento comunitário, formação para a vida e reabilitação da Criança da Rua e Desamparada. Mas com a retirada de alguns membros que garantiam com maior acções o funcionamento deste, a gestão da instituição passou para o estado através do Instituto Nacional de Acção Social (INAS).

Actualmente, o Infantário Esperança assiste crianças órfãs e vulneráveis, crianças abandonadas e ou rejeitadas, crianças perdidas e em situação difícil, e ou com Necessidades Educativas Especiais (NEE), enquanto se identifica a família por meio de articulação com Delegações de zona de origem das crianças para posterior reintegração.

Normalmente o modo de ingresso no Infantário depende da articulação do INAS que é o órgão de tutela, no entanto nenhum utente ingressa sem o devido processo legalmente reconhecido pelo INAS, Representação Distrital do Género, Criança e Acção Social e a Policia da Republica de Moçambique.

## **4.2 Perfil Sociodemográfico**

Este subcapítulo dedica-se à apresentação do perfil sociodemográfico dos entrevistados. O número total de entrevistados foi de 15 participantes, tendo como variáveis: idade, sexo, estado civil, nível de escolaridade e profissão. Dentre os entrevistados, 6 são do sexo feminino e 9 do sexo masculino e as idades variam entre 10 a 55 anos. Sendo que, 2 são casados, 2 vivem em união de factos e 11 são solteiros.

Das 15 pessoas entrevistadas, 10 são crianças institucionalizadas do nível primário e secundário, 2 são Assistentes Sociais do Centro de acolhimento e 3 são representantes dos agregados familiares das crianças que foram reintegradas das quais, 1 trabalha por conta própria e 2 trabalham no sector privado.

## **4.3 Razões da institucionalização das crianças no Infantário Esperança**

Na contemporaneidade, tem-se verificado crescente onda de institucionalização da criança nos centros de acolhimento. Na óptica de Fávero et al. (2009), são vários e complexos os motivos que levam ao acolhimento de criança, dentre esses: a pobreza das famílias; o abandono; a negligência da família; a violência doméstica; o cumprimento de pena de prisão; doença mental; a vivência de rua; a orfandade; a ausência ou enfraquecimento de laços familiares e sociais e as dificuldades de moradia; ou seja, uma conjugação de factores económicos, sociais e emocionais.

Para perceber-se as razões que levaram a institucionalização, entrevistou-se as crianças do Infantário Esperança. Algumas crianças arrolaram o abandono como sendo um dos motivos da sua institucionalização, como pode-se observar nos seguintes depoimentos:

Depoimento 1: *“eu vivo no centro a muito tempo. Antes eu vivia no Infantário 1º de Maio porque minha mãe me abandonou quando eu era pequena e quando eu fiz 6 anos vieram me deixar aqui no Infantário Esperança”* (Entrevista 2, criança institucionalizada, de 8 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 09:05 às 09:12).

Depoimento 2: *“não me recordo com quem vivia antes, me encontraram na rua ainda criança e me levaram para viver no infantário 1º de Maio, mas quando fiz 6 anos me trouxeram para viver aqui no Infantário Esperança”* (Entrevista 6, criança institucionalizada, de 8 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 10:32 às 10:45).

Para Rizzini (2004) apud Satur (2011), a demanda atendida pelas instituições de acolhimento se remete a criança e adolescentes submetidos a diversas situações, sendo que estas têm motivado o

acolhimento. Dentre estas situações tem-se a situação de abandono familiar. Onde depara-se com aquelas crianças que não têm nenhum vínculo com suas famílias de origem, ou seja, com vínculos completamente rompidos, como é o caso de alguns participantes desta pesquisa.

Segundo Delgado (2006), o abandono consiste no incumprimento total e deliberado das obrigações parentais em relação à criança. Esses pais não assumem a sua função de cuidar dos filhos, ignorando-os, a vários níveis: alimentar, escolar, social afectivo, entre outros.

Outra situação é a de risco, que compreende as crianças e adolescentes vítimas de violência, crises na família. Diante deste contexto, a criança sofrendo violência por parte dos seus familiares, acaba se retirando de casa, buscando outros espaços de sobrevivência. Nesse sentido, evidencia-se a questão de situação de rua, fragilização dos vínculos familiares, situação essa que culmina com a institucionalização da criança, conforme descrevem os dados a seguir:

Depoimento 3: *“(...) minha mãe depois arranhou outro marido que passamos a viver com ele, mas algum tempo depois minha mãe faleceu e meu padrasto já não me dava comida e me tratava mal, daí decidi sair e comecei a viver na rua, onde fazia biscatos”* (Entrevista 3, criança institucionalizada, de 8 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 09:35 às 09:45).

Depoimento 4: *“(...) morava com minha tia e marido dela, mas ela me maltratava muito, por isso, um dia fugi de casa e comecei a viver na rua”* (Entrevista 9, criança institucionalizada, de 8 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 10:50 às 10:58).

Depoimento 5: *“eu vivia em Manhiça com minha avó, mas ela começou a me acusar de roubo e me batia por isso decide sair de casa e como não tinha para onde ir, e hoje estou aqui no Infantário Esperança”* (Entrevista 10, criança institucionalizada, de 8 Agosto de 2022, Infantário Esperança, das 12:20 às 12:28).

Segundo Coimbra et al. (1990), a violência contra menores compreende todas as acções dos pais, familiares ou outros que provoquem um dano físico ou psicológico, ou que, de algum modo, lesionem os direitos e necessidades da criança, no que diz respeito ao seu desenvolvimento psicomotor, intelectual, moral e afectivo.

Nesta senda, a OMS (2002) entende por violência familiar aquela que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que possam assumir função parental, ainda que sem laços consanguíneos.



Outra razão apontada pelos entrevistados compreende a de negligência familiar associada a falta de cuidados e protecção por parte dos pais ou responsáveis pela criança, tal como podemos verificar nos seguintes dados:

Depoimento 6: “(...) a minha avó disse para eu encontrar a ela na baixa da cidade, mas quando estava na cidade me perdi, depois comecei a perguntar as pessoas onde fica o Banco de Moçambique para encontrar minha avó, e uma tia decidiu me levar a esquadra e de lá me trouxeram para o Infantário” (Entrevista 4, criança institucionalizada, de 8 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 09:20 às 09:32).

Depoimento 7: “(...) um dia meus primos levaram-me para sair mas depois me perdi deles, e me encontraram com uma senhora que tentou me levar de volta para a casa, mas eu já não conhecia o caminho e foi aí que ela decidiu me levar para a esquadra e de lá me transferiram para aqui no Infantário Esperança” (Entrevista 5, criança institucionalizada, de 8 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 10:00 às 10:15).

Depoimento 8: “eu vivia em Zambézia com minha mãe, mas já não estava a estudar e minha mãe disse para eu ir viver em Maputo com os meus tios para continuar a estudar. Quando comecei a viver com meus tios, um dia decidi sair sozinho para passear, mas depois não me recordei do caminho de voltar para casa, e o senhor que encontrou-me, levou-me a esquadra e dela me trouxeram ao Infantário” (Entrevista 6, criança institucionalizada, de 8 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 11:08 às 11:22).

Segundo a UNICEF (2006), a negligência representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas, emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais ou responsáveis falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos etc. E quando tal falha não é o resultado de condições de vida além de seu controle.

Para Baptista (2005), a negligência pode ser detectada em todos aspectos da relação entre homens, principalmente, quando existe dependência de cuidados e de protecção de uns em relação a outros. Dessa forma, o autor considera que a negligência está associada ao cuidado, ou seja, ao provimento das condições necessárias ao desenvolvimento de um sujeito que se encontra na condição de dependente.

Na óptica de Dias (2004), a negligência traduz a incapacidade dos pais em proporcionar às crianças condições para o adequado desenvolvimento físico, psicológico e emocional. E ele acrescenta que, ela pode ser voluntária, isto é, ter intenção de causar dano, ou involuntária, resultando da incompetência dos pais para assegurar os cuidados necessários e adequados.

Desse modo, percebe-se que a negligência caracteriza-se pela falta de protecção, e falha na promoção de cuidados básicos à criança, o que contribui para que elas fiquem vulneráveis a riscos, pelo facto de não estarem a receber os cuidados e a protecção necessária dos pais ou familiares.

Considerando ainda as situações motivadoras da institucionalização da criança, tem a pobreza que é um factor que impossibilita as famílias de satisfazer as necessidades básicas dos seus filhos e acaba limitando as condições dos pais ou cuidadores manterem e criarem os seus filhos como denotam os depoimentos abaixo:

Depoimento 9: *“eu vivia com minha avó, mas as vezes não tínhamos nada para comer porque ela não tinha dinheiro, e um dia vieram me deixar aqui no centro para poderem cuidar de mim”* (Entrevista 7, criança institucionalizada, de 8 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 10:18 às 10:26).

Depoimento 10: *“Eu vivia com minha mãe e meu irmão, mas a minha mãe tinha dificuldades económicas e não trabalhava, por isso, me trouxeram para viver aqui no Infantário Esperança”* (Entrevista 8, criança institucionalizada, de 8 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 11:25 às 11:35).

De acordo com Rizzini (2006), a pobreza debilita a família no cumprimento do seu papel parental, fazendo com que ela, de alguma forma, viole os direitos da criança e dos adolescentes. Sendo assim, a protecção deve ser extensiva às suas famílias de origem, para evitar que as crianças e os adolescentes continuem sendo acolhidos.

Ainda nesta senda, Miotto (2004), ao analisar a relação entre a família e Estado, considera que crianças e adolescentes são sujeitos protegidos pelo Estado através de políticas públicas, pois são considerados membros mais frágeis. Esse favorecimento lhes dá a garantia de direitos individuais que doravante devem ser respeitados. Mas, a autora afirma que a intervenção do estado não deve ficar restrita às garantias dos direitos individuais vinculados às políticas sociais, mas necessita ser implementada oferecendo apoio às famílias, auxiliando-as no cuidado aos seus membros.

Contudo, pode-se entender que algumas famílias de crianças em situação de acolhimento possuem diversas dificuldades para suprir as necessidades básicas de seus filhos, em algumas situações, ocorre a negligência, abandono, a violência, constituindo assim violação dos direitos da criança. Diante deste contexto ocorre o acolhimento institucional que é uma medida de protecção social criada para promover a integridade física e emocional de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e precisam ser afastadas de sua família, a fim de serem protegidos até que haja condições adequadas para o seu retorno à família.

#### **4.4 Estratégias de intervenção que os assistentes sociais adoptam no processo de reintegração familiar de criança**

O acolhimento institucional é um dos serviços de alta complexidade, ou seja, é uma medida de protecção provisória e excepcional para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontram-se impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e protecção (ECA, 1990).

Para Sandomingo (1998), as instituições de acolhimento são instituições sociais criadas pela iniciativa pública para facilitar uma atenção especializada àquelas crianças e jovens que, por circunstâncias familiares distintas, necessitam de serem separadas, temporariamente, do seu núcleo familiar, e para os quais o internamento é a opção preferencial face à impossibilidade de lhes oferecer outro tipo de recursos.

Essa medida, sendo provisória, deve priorizar o restabelecimento do convívio familiar com os sujeitos afastados do seu lócus, pois essa convivência deve ser mantida e não quebrada. Porém, para mantê-la faz-se necessário um trabalho social não só com crianças, mas também com a própria família, de forma que se restaure o lócus familiar e se solucionem as causas de afastamento. Nesse âmbito o Assistente Social trabalha buscando estratégias que visam a protecção e reintegração familiar, tendo em conta que é direito da criança/adolescente a convivência familiar.

Nesta senda, o modelo sistémico serve como referência para maioria das práticas profissionais no âmbito da intervenção familiar, e em contexto organizacional/institucional pois destina-se a situações onde está patente uma patologia ou dificuldade na relação que deriva da deficiente comunicação entre os diferentes sistemas ou numa má adaptação entre o sujeito e o ambiente. (Núncio, 2008).

Quando se perguntou aos assistentes sociais sobre as estratégias de intervenção adoptados no processo de reintegração familiar das crianças e adolescentes, responderam nos seguintes termos:

Depoimento 11: *“no primeiro dia de contacto com a criança, ela é recebida com um guia de encaminhamento e logo fazemos uma entrevista de investigação de modo a colher dados sobre a sua história de vida, dados esses que irão constar no processo individual da criança”* (Entrevista 12, Assistente Social 2, de 9 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 10:05 às 10:11).

Depoimento 12: *“ao receber a criança primeiro fazemos uma entrevista de auscultação a ela para a recolha de dados e abrimos um processo individual onde irá constar dados da criança, da sua*

*família, motivos que levaram a criança a ser acolhida”* (Entrevista 11, Assistente Social 1, de 9 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 10:12 às 10:17).

Nesta ordem de ideia, para Idanez e Ander-egg (2007) defendem que uma das fases iniciais e fundamentais do processo de intervenção social é o diagnóstico social, que é um processo de elaboração e sistematização de informação que implica conhecer e compreender os problemas e necessidades dentro de um determinado contexto, as suas causas e a evolução ao longo do tempo, assim como os factores condicionantes e de risco e as suas tendências previsíveis, permitindo uma discriminação dos mesmos consoante a sua importância, com vista ao estabelecimento de estratégias de intervenção.

Entretanto, o diagnóstico social constitui um dos elementos chave de toda a prática social, na medida em que procura um conhecimento real e concreto de uma situação sobre a qual se vai realizar uma intervenção social e dos diferentes aspectos que são necessários ter em conta para resolver a situação-problema social.

Os assistentes sociais apontaram que o processo de reintegração inicia com o acolhimento institucional, onde se faz o levantamento da história de vida. Assim, busca-se informações com a própria criança sobre os motivos que levaram a saída de casa, a composição familiar, a moradia para que sejam identificadas as famílias, conforme arrolam as falas a seguir:

Depoimento 13: *“com os dados que as crianças nos fornecem no decorrer da entrevista, sobre onde vive, onde estuda, o nome dos pais entre outras informações, iniciamos um trabalho de investigação/identificação da família da criança junto com as nossas redes de apoio”* ((Entrevista 12, Assistente Social 2, de 9 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 10:17 às 10:23).

Depoimento 14: *“há casos em que algumas crianças foram abandonadas ainda menores e outras não nos fornecem nenhuma informação sobre a família por não querer voltar para casa. Nesse tipo de situação, a auscultação e o trabalho de investigação da família tem sido contínua”* (Entrevista 11, Assistente Social 1, de 9 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 10:24 às 10:30).

Esse trabalho exige muita cautela, além do facto de o diagnóstico, por vezes, exigir a aplicação de técnicas diversas para se conhecer a verdade do facto. Trata-se de uma fase desafiante, mas necessária e importante para iniciar-se a preparação da integração social. Por isso, após a identificação da família, os assistentes sociais relatam que procuram estabelecer contactos buscando uma aproximação entre a família e a criança:

Depoimento 15: *“os primeiros contactos das famílias com as crianças institucionalizadas ocorrem conforme cada situação. Quando as famílias são identificadas de forma rápida não tem havido nenhum contacto prévio entre a criança e a família. No mesmo dia que a criança é reintegrada, é onde ela mantém o primeiro contacto com a família. Mas em alguns casos como de violência sexual, maus tractos é necessário prestar um apoio psicossocial a família, e depois permitimos que haja contactos que vai possibilitar a aproximação entre a criança e a família”* (Entrevista 7, (Entrevista 11, Assistente Social 1, de 9 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 10:31 às 10:52).

Com os dados acima, pode se verificar que em alguns casos não tem se mobilizado acções de aproximação prévia das crianças com as suas famílias, e com a própria instituição, pois o contacto entre os mesmo ocorre somente no momento da reintegração e essa situação pode gerar implicações negativas ou colocar a criança em risco, na medida na medida em que não são verificadas e nem criadas condições mínimas junto com a família antes da reintegração para que a criança seja acolhida.

Neste sentido, autores como Gobbo e Arcaro (2013) e Cavalante, Silva e Magalhães (2010) apontam que uma das principais estratégias para a aproximação e fortalecimento do vínculo entre a família e a criança e a equipa de integração é a ocorrência de visita familiar de crianças institucionalizadas e vice-versa. Estes contactos geram, ainda confiança entre ambos, o que possibilita, uma melhor intervenção dos técnicos no trabalho de reintegração.

Outra estratégia adoptada nesse processo de reintegração social e apontada pelos Assistentes Sociais, é do trabalho socioeducativo com as famílias com a finalidade de incutir a relevância das mesmas na criação e educação da criança, tal como atestam os seguintes dados:

Depoimento 16: *ao identificarmos a família da criança, ela é sensibilizada no sentido de receber a criança de volta para casa, e damos mais atenção aos casos de crianças que sofreram violência sexual e abusos por parte da família, porque essas situações são mais delicadas e necessitam de uma sensibilização mais eficaz no sentido de se romper com essas comportamentos que são prejudiciais a criança* (Entrevista 11, Assistente Social 1, de 9 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 10:53 às 11:00).

Depoimento 17: *“Nos casos das crianças em que identificamos a sua família de imediato, o processo de reintegração tem sido também imediato e a sensibilização das mesmas corre no mesmo dia”* (Entrevista 12, Assistente Social2, de 9 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 11:01 às 11:08).

Com os dados acima, pode-se verificar que em muitos casos os Assistentes sociais não têm desenvolvido um trabalho socioeducativo prévio com as famílias, pois o mesmo trabalho é realizado no exactamente no dia em que a criança é reintegrada. E, essa situação acaba sujeitando a criança a um ambiente de risco, por não terem sido criadas condições suficientes antes do retorno da criança a família.

Por sua vez, Hearn (1997) citado por Ferreira (2013), refere que é fundamental a prestação de cuidados à criança em sua família uma vez que, embora por algum período de tempo estejam afastadas da família, é ali que desejam voltar, pois é lá que se encontram as suas origens, identificando-se, portanto, com elas. Nesse sentido, é importante reflectir na intervenção - psicossocial no âmbito da família que se fará notar através de programas de educação parental, acompanhamento, visitas entre outros.

Os assistentes também relataram que, para que as intervenções realizadas junto com às crianças acolhidas e suas famílias sejam efectivas é necessário que haja uma articulação entre os diversos órgãos envolvidos no atendimento que poderão prestar apoio à família.

Depoimento 18: *“durante o processo de reintegração da criança, nós trabalhamos de forma articulada com INAS, líderes locais, serviços de saúde, de educação entre outros serviços que serão importantes para que a reintegração seja efectivada”* (Entrevista 11, Assistente Social 1, de 9 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 11:09 às 11:15).

Depoimento 19: *“para garantir condições básicas de modo que a criança volte a viver com a sua família, contamos com uma vasta rede de apoio, como é caso dos serviços de saúde, educação, os líderes locais dos bairros que residem as famílias, contamos com o apoio da comunidade, e com as políticas que são viabilizadas as famílias e crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade”* (Entrevista 12, Assistente Social 2, de 9 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 11:10 às 11:15).

Segundo os dados acima apresentados, percebe-se que o apoio às famílias e aos seus membros deve ser realizado através da articulação eficiente da rede de atendimento das diferentes políticas públicas, com o objectivo de garantir o acesso a serviços de educação, de saúde, de geração de trabalho e renda, de assistência social entre outros serviços.

Assim, quando a família apresenta condições favoráveis para cuidar das crianças deve ser promovida a sua reintegração familiar, e nesse âmbito, os assistentes sociais foram unânimes ao afirmam que:

Depoimento 20: *“a reintegração da criança na família devia ocorrer após terem sido criadas condições favoráveis para prestar o cuidado à criança. Mas como em maior parte das vezes a reintegração ocorre logo que identificamos a família, nós só verificamos as condições da família no próprio dia da reintegração, e devido a deficiência das políticas públicas, algumas vezes torna-se difícil prestar apoio sólido a família”* ((Entrevista 11, Assistente Social 1, de 9 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 11:16 às 11:25).

O relato acima mostra que a deficiência das políticas públicas, principalmente, no âmbito da sua implementação e a ausência de uma preparação prévia, tanto da família quanto da criança para o retorno ao convívio familiar, dificultam no processo de reinserção familiar saudável. Um dos maiores riscos, nestes casos, é a criança tornar-se reincidente quando se trata situações em que as razões que levaram ao acolhimento da criança têm que ver com a fuga de casa em resultado de violação sexual, violência doméstica, maus tratos, pobreza entre outros motivos.

Segundo Gobbo e Arcaro (2013, p. 81), *“a reintegração ocorre sempre que os familiares possuem condições favoráveis para prestar o cuidado necessário ao desenvolvimento da criança”*. Apresenta-se como um processo de estímulo à reaproximação da família de origem com a criança acolhida institucionalmente, visando, portanto, o desligamento para o núcleo familiar e convivência comunitária.

Por fim, os assistentes sociais referiram que após a reintegração familiar é necessário fazer o acompanhamento da família, mas eles não têm feito de forma regular tal como atestam os seguintes dados:

Depoimento 21: *“depois de reintegrar a criança, temos feito acompanhamento da criança na família mas, não de forma regular por conta do excesso de trabalho e devido a indisponibilidade de transporte que precisa ser”* (Entrevista 11, Assistente Social 1, de 9 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 11:17 às 11:22).

Depoimento 22: *“ao reintegramos a criança, é necessário fazer a monitoria durante alguns meses de forma presencial e através de ligação para família, principalmente em casos de crianças que passaram por situações delicadas como o de violência doméstica, mas não tem sido fácil para nós pela falta de transporte aqui no Infantário”* (Entrevista 12, Assistente Social 2, de 9 Agosto de 2022, Infantário Esperança, 11:22 às 11:26).

Segundo as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009, p. 41), *“após a reintegração familiar é importante que o período de adaptação mútua entre a criança e a família seja acompanhada por pelo menos seis meses”*. Nesse momento, devido às

mudanças ocorridas em cada um dos membros durante o período de afastamento e descompasso entre expectativas construídas e realidade, podem ocorrer entre os integrantes da família inseguranças e conflitos na relação devido à necessidade de readaptação da rotina familiar”.

#### **4.5 Relação entre a criança reintegrada e a família**

Após a reintegração da criança, o tipo relação que se estabelecem entre as partes é muito importante para o seu desenvolvimento, ressocialização e participação social. De acordo com Ferreira (2011, p. 105), “a família constitui um elemento crucial no desenvolvimento da criança, pois é esta que deverá garantir a sua protecção. As figuras significativas e o afecto que lhes está associado são essenciais para o sucesso do desenvolvimento saudável das crianças”.

É de extrema importância que o contexto familiar seja permeado por qualidades positivas, visto que, esse é um ambiente de fundamental importância para o desenvolvimento dos indivíduos, influenciando, significativamente, no comportamento dos sujeitos por meio das acções e medidas educativas tomadas no âmbito familiar (Ferreira 2011).

Para tentar perceber a relação existente entre as crianças reintegradas e as suas famílias, entrevistou-se 3 famílias, das quais, 2 responderam que a relação com a criança é boa e consideram que o melhor local em que ela pode crescer é junto deles, porque poderá crescer em harmonia, segurança e receber todos os cuidados.

Depoimento 23: *“a relação é boa, a criança já tem um bom comportamento e hoje em dia já não brinca com as pessoas adultas que lhe induziram a caminhos errados”* (Entrevista 13, família 1, de 11 Agosto de 2022, bairro de Singathela, 10:40 às 11:25).

Depoimento 24: *“(…) temos uma boa relação, desde que ela voltou para casa, não tivemos mais problemas”* (Entrevista 14, família 1, de 12 Agosto de 2022, bairro de Albazine, 09:25 às 10:18).

O vínculo afectivo no âmbito da família pode ser caracterizado com a relação positiva que se estabelece entre a criança e seus familiares onde existem os cuidados necessários que auxiliam na obtenção do desenvolvimento saudável da criança. Com isso, a família precisa se tornar a fonte segura de protecção e cuidado para com seus filhos, de modo que seja construída uma relação de confiança entre a pessoa que cuida e a criança que recebe o cuidado (Núcleo Ciência pela Infância, 2016).



Por outro lado, durante o processo de colecta de dados, 1 família respondeu que a relação já não é boa, devido a mudança de comportamento por parte do adolescente, como pode-se verificar no depoimento a seguir:

Depoimento 25: *“no início a relação era boa, mas depois de algum tempo ele mudou de comportamento. Ele agora tem desinteresse pela escola, começou a ser desobediente e desafiador porque se acha crescido e esse comportamento me deixa triste com ele”* (Entrevista 15, família 1, de 12 Agosto de 2022, bairro da Munhuana, 14:05 às 15:10).

O comportamento da criança pode ser decorrente do facto de ser adolescente e sua tia demonstrou falta de preparo para lidar com esse aspecto. Na óptica de Steinberg (1993), a adolescência é um período que envolve uma série de transformações físicas, psicológicas e sociais para os indivíduos. E comportamentos como busca de identidade, independência, autonomia, comportamentos reivindicatórios, são características comuns nessa fase.

À luz da teoria sistémico, se todos os indivíduos estão envolvidos num sistema de relações de interdependência, a mudança num dos elementos do sistema repercute, necessariamente, em mudanças, quer nos outros elementos, quer no sistema como um todo. Sob este ponto de vista, é justamente, para o todo que deve ser dirigida a intervenção, orientando-se para interacções e deficiências de comunicação, geradoras do problema (Núncio, 2008).

Portanto, essa situação mostra a importância de um plano de acompanhamento após a reintegração, pois, se a familiar tiver com quem dividir os problemas, poderá ter o apoio dos assistentes sociais para lidar com esses problemas.

#### **4.6 Acções desenvolvidas pelos assistentes sociais no sentido de reconstruir e fortalecer os laços entre a família e a criança reintegrada**

As estratégias que os Assistentes Sociais adoptam no processo de reintegração social da criança são positivas, mas não são consistentes por vários motivos que se passam a destacar: em relação ao contacto entre a criança com a família, durante o período de acolhimento, por um lado, constatou-se que há falta de um trabalho afectivo com a família de origem enquanto a criança está na instituição de acolhimento e, também, o distanciamento ocorrido por falta de oportunidades de visitas institucionais da família, dificultam o restabelecimento da relação entre a criança e a família.

Assim sendo, Hess e Porsh (1993) destacam que a visita familiar à crianças que se encontram em situação de acolhimento institucional precisa ser vista como uma intervenção que tem como

objectivo a reunificação familiar, visto que isso reduziria seu tempo de permanência em instituições de acolhimento provisório ou similares.

Além disso, esses autores deixaram claro que a visita familiar tem sido reconhecida como uma prática desejável quando se quer evitar a sensação de abandono por parte da criança e também para fortalecer os vínculos entre pais-filhos, avós-netos entre outras relações importantes no convívio familiar e comunitário.

Ainda verificou-se que não tem havido previamente visitas domiciliares, a fim de conhecer o contexto e a dinâmica da família, necessidades, vulnerabilidades e riscos, assim como para possibilitar a aproximação com a família e a construção de vínculos de confiança entre a família com os assistentes sociais assim como entre a família com as crianças.

Silva (2001) descreve que a visita domiciliar é uma prática relevante pois, por meio do contacto com a família em seu ambiente, o assistente social consegue aproximar-se do vivido e do cotidiano da família, observando suas interações, a rede social e os recursos que a família apresenta.

Há casos em que as famílias que possuem dificuldades para suprir necessidades básicas das crianças, não são encaminhadas a redes de serviços, capazes de disponibilizar a elas recursos e benefícios sociais que atendam às suas necessidades. Dessa forma, para a garantia de um atendimento de qualidade às crianças e às suas famílias, os Assistentes Sociais devem trabalhar de forma articulada com os diversos serviços de atendimento tais como serviços de educação, de saúde, de geração de trabalho e renda, de assistência social entre outros.

De acordo Com Vicente (2005) *citado por* Silva (2010) quando a família, independentemente de sua configuração, não tem capacidade para ter uma vida digna, cabe ao Estado assegurar as condições para tanto, ou seja, tomando por referência a discussão sobre a importância dos vínculos familiares, as famílias devem ser encaminhadas a programas oficiais de auxílio como meio de possibilitar a permanência ou retorno da criança ao lar, sob condições favoráveis de convivência.

No que concerne a reintegração da criança, constatou-se que há falta de uma preparação prévia, tanto da família quanto da criança para o retorno ao convívio familiar, pois, muitas vezes, a reintegração ocorre logo após ser identificada a família, desse modo, acaba não havendo uma aproximação gradativa da criança com a família. O estudo de Landy e Munro (1998) mostra que a preparação prévia das famílias para a reunificação é um elemento facilitador para o sucesso da reintegração familiar.

Essa preparação depende, essencialmente, das características dos casos e dos factores de risco presentes que devem ser enfrentados, podendo abranger desde a inclusão da família em programas de transferência de renda, educação, alimentação, entre outros.

Em muitos casos, após a reintegração, os assistentes sociais afirmaram que tem sido difícil fazer o acompanhamento da criança em sua família devido ao excesso do trabalho e pela falta de transporte na instituição.

Segundo as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009, p. 39), “o acompanhamento deve ser feito por um período médio de dois anos, de forma a dar suporte à família para o cumprimento de suas funções de cuidado e protecção, buscando sua autonomia e visando evitar a reincidência da necessidade de acolhimento”.

Partindo da teoria sistémica, para um Assistente Social desenvolver uma prática eficiente, é crucial que este detenha conhecimento aprofundado do ambiente. É desta forma necessário reconhecer informações, não só sobre o utente (indivíduo, grupo ou comunidade), mas também sobre o contexto significativo (família, instituição, bairro, etc.) com base em uma abordagem sistémica, poderá se avaliar ou diagnosticar problemas existentes entre os sistemas e posteriormente propor uma intervenção profissional que visa superar o problema. (Núncio, 2008).

Dessa forma, é importante que o tempo de acompanhamento seja suficiente e que garanta auxílio necessário para que a família, a criança possam construir novas possibilidades para estarem juntos, apesar da separação vivida.

#### **4.7 Actividades desenvolvidas no âmbito da Implementação do plano de intervenção**

Nesta secção, são apresentadas as intervenções feitas pela pesquisadora com o objectivo de promover a reintegração e garantir a permanência das crianças no seio familiar. A primeira actividade consistia em realizar actividades socioeducativas sobre a importância da família na educação da criança, enfatizando o dever que elas têm de garantir a efectivação dos direitos das crianças, pois percebeu-se que alguns laços familiares estavam fragilizados.

As acções socioeducativas foram realizadas pelo pesquisador e pelos Assistentes sociais, e as mesmas coincidiram em palestras, secções de apoio psicossocial as famílias nas quais as crianças foram reintegradas durante uma semana. Nessa actividade, as famílias foram incutidas a relevância das mesmas na educação da criança, pois é a unidade básica e estrutural de toda a sociedade, onde a criança adquire conhecimentos, crenças, valores que o permite socializar-se com outros membros na sociedade.

A segunda actividade consistia em captar as estratégias usadas pelos Assistentes Sociais no processo de reintegração familiar de crianças. Para a realização da reintegração, os Assistentes Sociais e o pesquisador aplicaram as seguintes estratégias: primeiro a identificação da família de origem de duas crianças acolhidas que, foi feita através dos dados fornecidos pelas crianças sobre a sua família, moradia e, em seguida, contactou-se a Delegação local (SDGCAS) do Bairro referido pelas crianças, com o objectivo de identificar a família, ou seja sua residência.

Após ter sido feita a identificação no dia 31 e 1 de Setembro, fez-se a reintegração das duas crianças em suas famílias de origem, onde as mesmas agradeceram por trazer de volta as crianças. Importa salientar que o Infantário Esperança ofereceu um kit básico (arroz, farinha, açúcar, feijão, omo, massa e óleo) em jeito de apoio.

Realizou-se a terceira actividade patente no plano, que visava consciencializar os Assistentes Sociais sobre as estratégias adoptadas no sentido de reintegrar e garantir que a criança permaneça junto com à família num ambiente saudável para o seu desenvolvimento.

Consciencializou-se os Assistentes Sociais do Infantário Esperança sobre o processo de intervenção social que, na óptica de Núncio (2015) obedece as seguintes fases: a primeira é o contacto com o cliente, seguido de elaboração do diagnóstico social pelo Assistente Social, a terceira corresponde a elaboração do projecto/plano de intervenção, a quarta se traduz na implementação da intervenção e, por fim, a última que consiste na avaliação das actividades implementadas.

A avaliação é uma das fases que os Assistentes Sociais não tomavam em consideração, pois após a reintegração de crianças, a intervenção terminava. A avaliação para além de consistir na verificação do alcance dos objectivos previamente definidos, a mesma insere acompanhamento das actividades, que é imprescindível neste processo de intervenção social.

Do trabalho que foi feito, não se pode avançar com muitos dados sobre o processo de avaliação, justamente porque para certificar se o processo de reintegração surtiu os verdadeiros efeitos desejados, ou seja, para perceber se a nossa reintegração foi de sucesso e se a maneira como os Assistentes Sociais actuam foi modificada, não é possível que seja num período de 1 mês, pois trata-se de questões referentes a mudança de comportamento, crenças, práticas profissionais e práticas familiares que precisa-se no mínimo de um período de 6 meses para ser avaliado.

## CONCLUSÃO

A presente pesquisa visava analisar as estratégias de intervenção adoptadas pelos assistentes sociais no processo de reintegração familiar de crianças institucionalizadas: estudo de caso do Infantário Esperança de Katembe (2021-2022). No decorrer da pesquisa entendeu-se que o processo de reintegração é a base do trabalho do assistente social nas instituições de acolhimento de crianças e, esse processo deve ser gradativo, planeado e acompanhado.

No contexto moçambicano, com muita frequência, crianças e adolescentes são encaminhadas aos centros de acolhimento devido à situação de risco e vulnerabilidade social que se encontram. E o acolhimento institucional trata-se de uma medida provisória, que consiste em assegurar protecção, segurança e bem-estar as crianças enquanto mobilizam-se esforços para que a criança seja reintegrada no seio familiar.

Porém, a reintegração social de crianças ainda se configura como um processo de práticas sem sistematização, sobre o qual há poucas pesquisas no contexto moçambicano e, por conta disso, os profissionais das instituições de acolhimento vem encontrando serias dificuldades para promover a reintegração familiar das crianças o que culmina com um prolongado tempo de institucionalização.

No trabalho foram alcançados os objectivos, previamente traçados, pois, foram descritas as razões da institucionalização das crianças no Infantário Esperança de Katembe, identificou-se as estratégias que os Assistentes Sociais adoptam no processo de reintegração familiar de criança, inclusive avaliou-se as acções desenvolvidas pelos Assistentes Sociais no sentido de reconstruir e fortalecer os laços e vínculos entre a família e a criança reintegrada.

Os dados da pesquisa confirmam a primeira hipótese, de que os actores que actuam na área da protecção da criança e adolescentes institucionalizados realizam um trabalho articulado com o intuito de viabilizar a reintegração familiar e fortalecer os vínculos entre a criança e a família.

A hipótese foi confirmada na medida em que verificou-se que os Assistentes Sociais realizam um trabalho articulado com o intuito de viabilizar a reintegração familiar e fortalecer os vínculos entre a família e a criança, mas essas acções pecam por haver uma certa insuficiência no preparo da criança e da família para reintegração familiar e no acompanhamento após a reintegração familiar.

Desse modo, realizou-se a terceira actividade patente no plano de intervenção com intuito de consciencializar os Assistentes Sociais sobre as fases de Intervenção social, principalmente a de acompanhamento antes e após a reintegração familiar.

Ao longo do trabalho constatou-se que, o distanciamento ocorrido por falta de oportunidades de visitas entre a criança e a família, a falta de preparação para o retorno da criança e a falta de acompanhamento após a reintegração dificultam o processo de reintegração familiar.

De acordo com as constatações da insuficiência ou inconsistência das estratégias adotadas pelos Assistentes Sociais no processo de reintegração familiar de crianças institucionalizadas no Infantário Esperança de Ketembe, propõe-se que: os Assistentes Sociais desenvolvam estratégias de aproximação entre as crianças acolhidas e seus familiares durante o período em que a criança encontra-se institucionalizada, através de visitas domiciliares e institucionais.

Que os Assistentes Sociais façam uma preparação prévia das crianças e das famílias para a reunificação através de um trabalho socioeducativo sobre a importância da família no desenvolvimento da criança e da inclusão da família em programas de transferência de renda, educação, alimentação, entre outros. E, por fim, propõe-se que o acompanhamento após a reintegração seja feito de forma sistemática no processo de adaptação mútua entre a criança e a família, de forma a dar suporte à família para o cumprimento de suas funções de cuidado e proteção da criança.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, LDA.
- Baptista, M. V, Volic, C. (2005). Aproximações ao conceito de negligência. *In Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, ano 26, n. 83, p. 147-156, set.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Carmo, H. (2010). Rumos da Intervenção Social com Grupos no Início do Século XXI. *In O. Barata (coord.). Política Social e Sociologia*. Lisboa: ISCSP/ UTL.
- Cavalcante, L. Silva, S, Magalhães, C. (2010). *Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes*. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 10(4), 1147-1172.
- César, Mónica de Jesus. (2010). Serviço social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. *In. MOTA, A. E. (org.). A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez.
- Coimbra, A., Faria, A. & Montana, T. (1990). *ANOVA: Centro de apoio e intervenção na crise para crianças vítimas de maus-tratos*. *Análise Psicológica*, 2, 193-201.
- Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (2016). Estudo no II: Importância dos vínculos familiares na primeira infância.
- Conanda, CNAS (2009). *Orientações Técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília-DF.
- Convenção sobre os Direitos da Criança, de 20 de Novembro de 1989.
- Declaração dos Direitos da Criança, de 1959.
- Delgado, P. (2006). *Os Direitos das Crianças: Da participação à Responsabilidade – O sistema de protecção das crianças e jovens*. Porto: Profedições.
- Dias, I. (2004). *Violência na Família: Uma Abordagem Sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Estatuto da Criança e do Adolescente* (1990), lei nº 8.069/90, 13 de julho de 1990.
- Fávero, E.T, Vitale, M. A. F., Baptista, M. V. (Coord.). (2009) *Famílias de Crianças e Adolescentes Abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*. São Paulo: Paulus.

Ferreira, J. M. L. (2011). *Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a infância Modus Operandi do Assistente Social na Promoção e Protecção à Criança e à Família*. Lisboa: Quid Juris.

Ferreira, T. P. (2013). *Crianças e jovens institucionalizados: Representações e expectativas em relação a família biológica*: Universidade do Minho.

Gobbo, E, Arcaro, L. (2013). *O direito fundamental à convivência familiar de crianças e adolescentes acolhidos fora de seu município: análise da promoção da reintegração familiar*. Unoesc & Ciência, 4(1), 77-88.

Hess, P., Proch, K. (1993). Visiting the heart of reunification. In B. Pine, R. Warsh, & A. Maluccio (eds.), *Together again: Family Reunification in foster care*, pp. 191-139. Washington, DC: Child Welfare League of America.

Iamamoto, Marilda Villela. (2007). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez

Idánez, Maria José Aguilar; Ander-egg, Ezequiel (2007), *Diagnóstico social: conceitos e metodologias*, 3ª ed. Revista e ampliada, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. (2001). *Fundamentos metodologia científica*. 4.ed. São Paulo: Atlas.

Landy, S, Munro, S. (1998). *Shared parenting: assessing the success of a foster parent program aimed at Family reunification*. Child Abuse & Neglect, 22, 305-318.

Langa, J. A. (1993). *História da Política da não – Institucionalização da Criança em Moçambique*. Maputo. Secretária de Estado de Acção Social (não editado e disponível no MMCAS).

Marcilio, M. L. (1997) *Amas-de-Leite mercenárias e crianças expostas no Brasil oitocentista*. In: *Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: EDUSU.

Mianoyo, M. C.S. (2001). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade* (18ª ed.). Petrópolis. Vozes.

Mioto, R. C. (2004). Que família é essa. In: WANDERLEY, M. B.; OLIVEIRA, I. C.

(Org.). *Trabalho com famílias: textos de apoio*. São Paulo: PUCSP, V. 2.

Miyano, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco



- Mutimucuo, I. V. (2008). *Métodos de Investigação: Apontamentos*. Centro de desenvolvimento académico. Maputo.
- Núncio, Maria José da Silveira. (2008). *Mulheres em Dupla jornada: a conciliação entre o trabalho e família*. Lisboa: ISCSP
- \_\_\_\_\_. (2015). *Introdução ao Serviço Social: História, Teoria e Métodos*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2ª Edição
- Oliveira, Djalma de Pinho. (2004). *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. 20 ed. São Paulo: Atlas.
- Organização Mundial de Saúde. (2002). *Relatório mundial sobre a violência e saúde*. Genebra.
- Pereira, Maurício Fernandes. (2010). *Planejamento estratégico: teorias, modelos e processo*. São Paulo: Atlas.
- Piana, Maria Cristina. (2009). *A construção do perfil do Assistente Social no cenário educacional*. São Paulo: Editora UNESP.
- Ribeiro, Jessica. (2016) *Desafios da Reintegração familiar: uma experiência no acolhimento* Lara. Campos dos Goytacazes, Brasil.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª Edição. São Paulo:Atlas.
- Rivero C., Sousa L, Grilo P, Rodrigues S. (2013). *Manual - Práticas Colaborativas e positivas na Intervenção Social*. EAPN Portugal, Núcleo Distrital de Leiria.
- Rizinni, I. (Coord.). (2006). *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Sandomingo, J. M. S. (1998). *Centros de menores: de ontem a hoje*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- Santos, B. C. A. et al. (2010). *Características emocionais e traços de personalidade em crianças institucionalizadas e não institucionalizadas*. Boletim de Psicologia, 60(133), 139-152.
- Satur, A. M. H. (2011). O Processo de reinserção social de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente: IJUÍ-RS
- Silva, De Plácido. (2001). *Vocabulário Jurídico*. 18. Ed. Rio de Janeiro: Forense.

Silva, E. L.; Menezes, E. M. (2000) *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED.

Silva, L. F. (2012). *Como ocorre a reintegração familiar*: Ribeirão Preto - SP

Silva, M. (2012). *Lei Nacional da Adoção e Acolhimento Institucional*: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria.

Silva, M.E.S (2010). *Acolhimento institucional*: A maioria e o desligamento. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Steinberg, L. (1993). *Adolescence*. New York: McGraw-Hill.

Stoner, J. A. F. e Freeman, R. E. (1999). *Administração*. 5 ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil

Thiollent, M. (1994) *Metodologia da Pesquisa-Ação*. 6 ed. São Paulo: Cortez.

UNICEF. (2006). *Direitos negados*: A violência contra a criança e o adolescente no Brasil. 2ª ed. Brasília, DF.

# APÊNDICES



**Faculdade de Letras e Ciências Sociais**

**Departamento de Sociologia**

**Licenciatura em Serviço Social**

**APÊNDICE 1 - Guião de entrevista destinado às crianças institucionalizadas**

Meu nome é Sheiza Maveja, sou estudante do curso de licenciatura em Serviço Social na Universidade Eduardo Mondlane e estou a desenvolver uma pesquisa para a obtenção de grau de Licenciatura, cujo objectivo é analisar as estratégias de intervenção social adoptadas pelos assistentes sociais no processo de reintegração familiar de crianças institucionalizadas.

Com base nesta pesquisa pretende-se produzir mais conhecimento para o Serviço Social no âmbito da reintegração de crianças institucionalizadas. Deste modo, venho, por este meio, pedir a sua colaboração para a realização da pesquisa, manifestando desde já o meu inteiro respeito à sua decisão. Está livre para responder as perguntas e, caso não queira responder a algumas delas, é só informar e passarei para outra. Também, referir que pode desistir de participar no estudo em qualquer momento, sem

nenhuma consequência.

Desde já, agradeço a disponibilidade e colaboração!

**I. Características sócio-demográficas dos entrevistados**

1. Idade
2. Sexo
3. Nível de escolaridade

## **II. Razões da institucionalização das crianças**

1. Há quanto tempo estás na instituição?
2. Como veio parar aqui no Centro?
3. Com quem vivia antes de ser acolhido aqui no Centro?
4. Tem mantido contacto com sua família? Se sim, quando e onde?
5. Quando vivias com a sua família, como eles te tratavam?
6. O que é para ti a família?
7. Gostaria de voltar a viver com sua família?
8. O que mais gostaria de dizer?



**Faculdade de Letras e Ciências Sociais**

**Departamento de Sociologia**

**Licenciatura em Serviço Social**

**APENDICE 2 - Guião de entrevista destinado aos assistentes sociais**

Meu nome é Sheiza Maveja, sou estudante do curso de licenciatura em Serviço Social na Universidade Eduardo Mondlane e estou a desenvolver uma pesquisa para a obtenção de grau de Licenciatura, cujo objectivo é analisar as estratégias de intervenção social adoptadas pelos assistentes sociais no processo de reintegração familiar de crianças institucionalizadas.

Com base nesta pesquisa pretende-se produzir mais conhecimento para o Serviço Social no âmbito da reintegração de crianças institucionalizadas. Deste modo, venho, por este meio, pedir a sua colaboração para a realização da pesquisa, manifestando desde já o meu inteiro respeito à sua decisão. Está livre para responder as perguntas e, caso não queira responder a alguma delas, é só informar e passarei para outra. Também, referir que pode desistir de participar no estudo em qualquer momento, sem nenhuma consequência.

Desde já, agradeço a disponibilidade e colaboração!

**I. Características sócio-demográficas dos entrevistados**

1. Idade?
2. Sexo?
3. Profissão?

## **II. Estratégias de intervenção adoptadas no processo de reintegração familiar de crianças institucionalizadas**

1. Quanto tempo de serviço tem neste sector?
2. Quais os serviços que presta aos utentes?
3. Qual é a finalidade da institucionalização das crianças aqui no Centro?
4. As crianças e jovens mantêm contactos com as famílias biológicas?
5. Como é feita a identificação das famílias das crianças?
6. Existe na instituição algum programa voltado para a reintegração social das crianças aqui acolhidas? Se sim, quais são as acções desenvolvidas pelos Assistentes Sociais no sentido de reconstruir e fortalecer os laços e vínculos entre a família e a criança. Se não, porquê?
7. Quais são os principais constrangimentos e/ou dificuldades com que se depara na reintegração das crianças?
8. Existe algum tipo de acompanhamento após a reintegração familiar?
9. Como é feito esse acompanhamento?



**Faculdade de Letras e Ciências Sociais**

**Departamento de Sociologia**

**Licenciatura em Serviço Social**

**APÊNDICE 3 - Guião de entrevista destinado à família das crianças reintegradas**

Meu nome é Sheiza Maveja, sou estudante do curso de licenciatura em Serviço Social na Universidade Eduardo Mondlane e estou a desenvolver uma pesquisa para a obtenção de grau de Licenciatura, cujo objectivo é analisar as estratégias de intervenção social adoptadas pelos assistentes sociais no processo de reintegração familiar de crianças institucionalizadas.

Com base nesta pesquisa pretende-se produzir mais conhecimento para o Serviço Social no âmbito da reintegração de crianças institucionalizadas. Deste modo, venho, por este meio, pedir a sua colaboração para a realização da pesquisa, manifestando desde já o meu inteiro respeito à sua decisão. Está livre para responder as perguntas e, caso não queira responder a alguma delas, é só informar e passarei para outra. Também, referir que pode desistir de participar no estudo em qualquer momento, sem nenhuma consequência.

Desde já, agradeço a disponibilidade e colaboração!

**I. Características sócio-demográficas dos entrevistados**

1. Idade?
2. Sexo?
3. Estado civil?
4. Profissão?



## **II. Relação entre a família e a criança reintegrada**

1. Quando foi reintegrada a criança?
2. O que é que significou a volta desta criança para sua família?
3. Como tem sido a vossa relação com a criança desde que ela foi reintegrada?
4. Acha que o melhor lugar onde o vosso familiar pode estar é com a família?
5. O Assistente Social tem feito visitas ou tem ligado para saber do estado do vosso familiar?
6. Tem recebido algum apoio da instituição? Se sim, qual tem sido?

# **ANEXOS**